

A leitura pública em Portugal

— *Manifesto*

Promovido pelo Instituto Português do Livro, com a colaboração da BAD — Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas realizou-se, em Lisboa, de 31 de Janeiro a 4 de Fevereiro, um Seminário sobre «Animação de Bibliotecas», orientado por Jean Tabet, bibliotecário da Biblioteca Municipal de Gardanne (França). Estiveram presentes técnicos de bibliotecas públicas e municipais de diversas regiões do país e de organismos ligados à problemática da leitura pública em Portugal.

O Seminário constituiu uma oportunidade de reflexão alargada, tendo-se concluído pela urgência de elaborar o presente documento destinado a sensibilizar a opinião pública e simultaneamente, a alertar os responsáveis — Governo e Autarquias Locais — para a inexistência de uma verdadeira prática de leitura pública entre nós.

Por leitura pública deve entender-se o estabelecimento de uma relação entre a criação e o público, com uma dupla finalidade: cultural — possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas, e social — contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade, conferindo-lhe a possibilidade de exercer plenamente o acto de escolher.

Para atingir tais objectivos, as bibliotecas públicas têm de cobrir, de um modo equilibrado, todo o universo do conhecimento e atingir o conjunto da população, sem discriminação de nenhum grupo etário, social, profissional, etc. Um caso a merecer especial atenção é o da leitura infantil que, mantendo a sua especificidade, deverá ser naturalmente integrado no conjunto dos serviços prestados pela biblioteca.

Sem pôr em causa o papel importante das bibliotecas vocacionadas primariamente para a conservação do Património Cultural, a leitura pública exige que as nossas bibliotecas divulguem de um modo activo o livro e outros suportes da informação — discos, materiais audio-visuais, gravuras, etc. Torna-se claro que isso só será

conseguido através do acesso directo (livre acesso) do público às estantes e da prática do empréstimo domiciliário generalizado, como actividade principal da biblioteca pública.

Há que estabelecer uma profunda ligação com a comunidade em que a biblioteca se insere — escolas, associações culturais, profissionais, etc.

Não isolar a biblioteca da comunidade significa também que sejam promovidas actividades de animação cultural a partir do livro — exposições, encontros com autores, sessões de teatro, cinema e música, etc. e que seja feita uma ampla publicidade à biblioteca, de modo a que sua existência, localização e serviços prestados não possam ser desconhecidos de ninguém.

Infelizmente em Portugal ainda estamos muito longe de tal concepção de biblioteca pública.

As bibliotecas, instaladas quase sempre em edifícios velhos, acanhados e desconfortáveis, ou são encaradas como locais solenes, onde só entram os eleitos, ou então não passam de meras salas de leitura ocupadas apenas por estudantes do ensino secundário.

Raras são as bibliotecas em que existe o livre acesso às estantes, escassas aquelas em que o empréstimo domiciliário é prática corrente.

As verbas para aquisições são irrisórias, os fundos raramente são actualizados com critério.

É notório o alheamento das bibliotecas em relação às necessidades da vida quotidiana das comunidades que servem ou deveriam servir.

Actividades de animação só se efectuam em datas comemorativas, normalmente sem qualquer significado local, e são sempre demasiado elitistas ou eruditas, distantes dos reais interesses da população.

Em suma, não dispomos de um verdadeiro sistema de bibliotecas públicas, mas sim de um conjunto de instituições mortas, sem qualquer tipo de relação entre si ou com o meio.

Importa modificar este estado de coisas. A leitura pública, concebida nos termos já referidos, é condição indispensável para a participação democrática de cada indivíduo no desenvolvimento da sociedade. Para o próprio Estado, não será, por exemplo, rentável estar a investir verbas no ensino, se ao mesmo tempo não criar condições para o desenvolvimento e integração dos conhecimentos aí adquiridos, gerando-se situações de retrocesso a níveis que poderão recair no analfabetismo, com o conseqüente desperdício dos

dinheiros despendidos com a escolarização de grande parte da população portuguesa.

É fácil verificar, até mesmo para quem seja sensível sobretudo a razões de ordem económica, que a leitura pública deve, definitivamente, deixar de ser encarada como um luxo para se considerar na verdade como um dos sectores, a par da escola, em que tem que ser feito um grande esforço de investimento.

Assim, é inadiável definir como responsável pela elaboração participada de uma política nacional de leitura pública e pela articulação das acções a empreender um organismo já existente ou a criar, no âmbito do Ministério da Cultura.

Porque se trata inequivocamente de uma responsabilidade nacional, para além do estabelecimento de um plano de desenvolvimento coerente, ao referido organismo competirá dar apoio, através de adequados meios técnicos e financeiros, às autarquias locais, e elaborar normas respeitantes nomeadamente à construção e apetrechamento dos edifícios e à organização dos serviços.

É evidente que o papel fundamental em matéria de bibliotecas públicas terá mais do que nunca de competir às autarquias locais. Daí se compreende que as participações financeiras por parte da administração central — que em França, depois de alguns anos de estagnação, são já hoje de 50% no que se refere à construção de edifícios e de 30% no que respeita a despesas de funcionamento, desde que controlado o rigoroso cumprimento das normas nacionais — deverão ser uma forma de apoio e nunca uma transferência de responsabilidades.

Torna-se portanto urgente a elaboração de uma legislação específica das bibliotecas públicas que, sendo óbvio que por si própria não irá resolver todos os problemas, constituirá sem dúvida um instrumento básico do sistema a criar.

Não referimos outros problemas como a formação básica e permanente do pessoal, a conveniência de articular os serviços de bibliotecas públicas prestados pelas Autarquias e pelo Estado com os das entidades privadas, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, etc., mas toda esta problemática deverá ser aprofundada por um *Grupo de Bibliotecas Públicas* a criar no âmbito da BAD.

Estamos certos de que a mudança das nossas actuais bibliotecas públicas dependerá grandemente da acção dos seus profissionais, através da Associação e da consciencialização da opinião pública, com especial relevo para os órgãos da comunicação social,

acção essa que naturalmente levará o Governo e as Autarquias a cumprir as suas obrigações no que se refere à leitura pública em Portugal.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 1983.

Alberto M. Branco, da Biblioteca Calouste Gulbenkian de Arraiolos, *Luís Cabral*, da Biblioteca Municipal do Porto, *M. Helena Braga da Cruz*, da Biblioteca Municipal do Porto, *João L. Teixeira Fernandes*, da Biblioteca Municipal Sarmiento Pimentel — Mirandela, *Alexandre Magno Flores*, da Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico de Almada, *Augusto D. Guerreiro*, da Biblioteca Camões — Lisboa, *Mariana F. P. Mesquita*, da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, *Henrique Barreto Nunes*, da Biblioteca Pública de Braga, *Amélia Maria Palma*, da Biblioteca Municipal de Aljustrel, *Maria do Carmo Patrício*, da Biblioteca Municipal de Faro, *Joaquim Portilheiro*, da Biblioteca Municipal do Bairro das Furnas — Lisboa, *Idálio Revez*, da Biblioteca Municipal de Loulé, *Matos Silva*, da Biblioteca Municipal do Porto, *José G. Sottomayor*, da Biblioteca Nacional — Lisboa, *José M. Motta de Sousa*, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Francisca A. G. Trindade*, da Biblioteca Municipal do Barreiro, *Rui Portugal*, da Junta Central das Casas do Povo, *Maia Lobo*, do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.